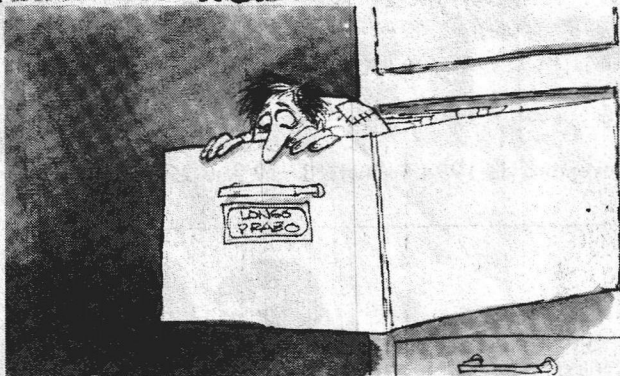


Uma sociedade em regime de inflação crônica e de recessão econômica inclina-se a considerar as atividades de planejamento governamental de médio e de longo prazo como supérfluas e residuais. Pressupõe-se que os problemas de curto prazo (inflação, déficits públicos, etc.) são tão críticos e dominantes que não haveria condições para que esta sociedade se programasse para tratar das questões de médio e de longo prazo (erradicação da pobreza absoluta, atenuação dos desequilíbrios regionais, etc.) antes de se atingir a estabilidade econômica, de se reestruturarem os grandes passivos do setor público e de se obter maior controle sobre os gastos públicos. Vale dizer, numa sociedade em regime de inflação crônica e de recessão econômica, como a brasileira, os problemas de estrutura ficariam determinados pelos problemas de conjuntura.

Ora, esta querela perde o seu significado analítico quando se vive, durante mais de uma década, uma sequência de políticas de curto prazo, pois, neste caso, surgem efeitos não previstos sobre as questões de médio e de longo prazo, nem sempre na direção desejada. Cite-se, como exemplo, o conjunto de efeitos dos diferentes programas de estabilização que o Brasil vem realizando desde o início dos anos 80, segundo as mais diferentes orientações conceituais e processuais (programas ortodoxos versus programas heterodoxos; programas com gradualismo versus programas com choque; programas com monitoramento ou não do FMI, etc.).

Quando se observam os impactos que estes programas malsucedidos tiveram sobre algumas variáveis estruturais na economia brasileira, não há como deixar de ressaltar os efeitos não esperados ou indesejáveis da falta de articulação entre as políticas econômicas de curto prazo e as políticas de desen-



QUANDO HÁ UMA CRISE FISCAL
E FINANCEIRA QUE IMOBILIZA
O ESTADO, TODA A ECONOMIA
TENDE A SE IMOBILIZAR.

volvimento de médio e de longo prazo: a) por liberar as taxas de juros de mercado num regime monetário restritivo e por estimular esquemas de controle político-administrativo sobre a evolução dos salários da economia, perverte-se a distribuição funcional de renda; a participação dos salários na renda nacional cai de valores em torno de 50%, no anos 50 e 60, para valores pouco superiores a 30% nos últimos anos; simultaneamente, a participação dos juros, no mesmo período, salta de pouco mais de 5%, para valores em torno de 15%; b) os sucessivos cortes nos gastos públicos, o desmantelamento da máquina pública como resultado de reformas administrativas mal concebidas ou executadas e os desestímulos salariais crescentes ao desempenho dos servidores públicos levaram à desorganização quantitativa e qualitativa da oferta dos serviços públicos tradicionais, particularmente aqueles cujos beneficiários finais são os grupos de baixa renda; c) as constantes mudanças nas regras do jogo econômico em termos dos principais mercados, como resultado de experiências heterodoxas de estabilização

(congelamento de preços, confisco de aplicações financeiras, mudanças não-negociadas no sistema de indexação, etc.), reduziram, drasticamente, os investimentos de médio e de longo prazo, por causa da elevação dos níveis de riscos e das incertezas no processo decisório da economia.

É evidente que não se pode subestimar ou menosprezar os efeitos perversos dos desequilíbrios macroeconômicos pois, quando há uma crise fiscal e financeira que imobiliza o Estado, toda a economia tende a se imobilizar. Entretanto, toda sociedade necessita afinar seus instrumentos de detecção das tendências que atuam moldando o presente tumultuado e trabalhar, também, de forma sistemática, com cenários alternativos em ambientes externos cambiantes que dêem, aos executores das políticas em andamento, as referências estáveis que socorram, contra a instabilidade da conjuntura, aqueles que, por dever, articulam as ações do Estado, que se deseja racional, no curto, no médio e no longo prazo. Ora, é justamente aqui que o planejamento governamental ganha maior dimensão,

pois o seu grande potencial reside não apenas na avaliação de alternativas específicas para o processo de desenvolvimento, mas na própria geração destas alternativas, ao identificar problemas e fatores estratégicos para se atingir um conjunto de objetivos da sociedade com menores custos de oportunidade econômica e social.

Especificamente, num país em desenvolvimento como o Brasil, a atuação planejada do setor público passa a ser, até mesmo, pré-condição para o adequado funcionamento de uma economia de mercado, desde que as políticas públicas contribuam para o funcionamento e a integração dos mercados de produtos e fatores, através da melhor difusão de informações, do maior acesso à disponibilidade de infra-estrutura econômica e social, da redução dos ganhos de monopólio ou da dinamização das fontes de crescimento.

Espera-se, pois, que, num processo de reforma e de modernização do Estado brasileiro, este venha a desempenhar um papel mais amplo do que apenas coordenar e manter a consistência do equilíbrio macroeconômico, além de garantir a oferta de bens e serviços públicos tradicionais. Há uma expectativa de que o Estado possa coordenar, também, instrumentos de políticas públicas visando a promover ações de retomada do processo de crescimento econômico brasileiro e, principalmente, "ações compensatórias" para atenuar as desigualdades de renda e de riqueza entre grupos sociais e regiões dentro do próprio País.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista e
ex-ministro da
Fazenda
e Planejamento

